



SOUTHERN AFRICA LITIGATION CENTRE

Launch of Angola Justice Sector Report
Discussion on Access to Justice in Portuguese Speaking Jurisdictions in Africa

Banjul, Republic of the Gambia
CONFERENCE ROOM, KAIRABA HOTEL – 12:30-13:30 hrs
Saturday 04 Nov 2017

“...recognition of the inherent dignity and of the equal and inalienable rights of all members of the human family is the foundation of freedom, justice and peace in the world”

PREAMBLE - Universal Declaration of Human Rights

The Universal Declaration of Human Rights (UDHR) calls for the promotion human rights and fundamental freedoms. Under the Declaration, States are required to protect fundamental rights, including by allowing citizens recourse to certain institutions to claim redress for violation of their rights. In essence, this means that the UDHR puts access to justice a central position in the debate focusing on advancement of human rights.

While debates focusing on access to justice have proliferated in many parts of the globe, little attention has been given to assessing the quest for justice in Portuguese speaking jurisdictions in Africa. In part, insufficient attention in these jurisdictions could be as a result of language barriers that make it very difficult for an Anglophone audience to access information from Portuguese speaking countries. Moreover, the dearth of empirical research focussing on access to justice in Portuguese jurisdictions in the continent is yet another challenge. To this end, the side event seeks to stimulate debates on access to justice in Portuguese speaking jurisdictions in Africa. Particularly, the event aims to highlight some of the major gains and the challenges in ensuring access to justice to citizenry in Angola and Mozambique.

Participants will be addressed by regional experts on access to justice and Angolan and Mozambican panelists who are familiar with the subject. Following deliberations the event will proceed to launch the AJPD report on the Justice Sector in Angola.

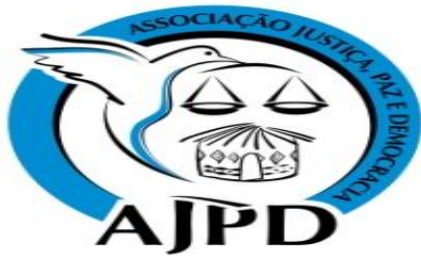
Objectives:

- (a) Increase awareness about the progress and challenges in ensuring access to justice in Portuguese speaking jurisdictions in Africa;
- (b) Stimulate debates towards the need to improve access to justice in these jurisdictions, and
- (c) Encourage the strengthening of domestic institutions tasked with the administration of justice in Angola and Mozambique.

For further details contact:

Lúcia da Silveira - Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD): ltumelo@gmail.com

Aquinaldo Mandlate - Southern Africa Litigation Centre (SALC): Aquinaldom@salc.org.za



SOUTHERN AFRICA LITIGATION CENTRE

Lançamento do Relatório sobre o Sector da Justiça de Angola
Debate sobre Acesso à Justiça nos Países Africanos de expressão da Língua Portuguesa

Banjul, República da Gâmbia
CONFERENCE ROOM, Kairaba Hotel: 12:30-13:30 hrs
Sabado, 04 de Novembro de 2017

“...o reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”
Preâmbulo - Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) clama pela promoção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais. De acordo com a Declaração, os Estados são obrigados a proteger os Direitos Fundamentais, o que implica permitir ao cidadão o recurso a determinadas instituições para reivindicar a reparação dos direitos violados. Na prática, isso significa que a DUDH atribuiu o acesso à justiça uma posição central no debate em torno da defesa e promoção dos Direitos Humanos.

Os debates em torno do acesso à justiça têm-se multiplicado em muitas partes do mundo. Entretanto, pouca atenção tem sido dispensada “ a questão do acesso à justiça em Países de Língua Portuguesa em África. Em parte, a falta de atenção nestes países resulta de barreiras linguísticas que tornam o acesso às informações de países de Língua Portuguesa, difícil para o público de países de expressão da língua Inglesa. Além disso, a falta de pesquisas empíricas centradas na questão do acesso à justiça em Países africanos de expressão Portuguesa tem sido um outro desafio. Assim, este evento visa estimular os debates sobre o acesso à justiça nas jurisdições de Língua Portuguesa em África, particularmente. O evento tem como objetivo apontar alguns ganhos e principais desafios para garantir o acesso à justiça aos cidadãos em Angola e Moçambique.

As abordagens serão feitas por especialistas regionais especializados em matérias sobre o acesso à justiça e palestrantes de Angola e Moçambique familiarizados com o tema. Depois das deliberações o evento prosseguirá com o lançamento do relatório da AJPD sobre o Sector da Justiça em Angola.

Objetivos principais:

- (A) Elevar o nível de consciencialização sobre os avanços e desafios na garantia do acesso à justiça nas jurisdições de Língua Portuguesa em África;
- (B) Estimular o debates sobre a necessidade da melhoria do acesso à justiça nas jurisdições de expressão Portuguesas em Africa.
- (C) Incentivar o reforço das instituições nacionais encarregados da administração da justiça em Angola e Moçambique.

Para mais informações , contacte:

Lúcia da Silveira – Associação de Justiça, Paz e Democracia (AJPD): ltumelo@gmail.com
Aquinaldo Mandlate Southern Africa Litigation Centre (SALC): Aquinaldom@salc.org.za